## 1 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE

2 FRANCA – 29 DE OUTUBRO DE 2015.

3 Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2015 às oito horas e quinze minutos, na Secretaria de Ação Social 4 teve início a vigésima nona Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência 5 do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor 6 Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião dezenove (19) conselheiros sendo oito (08) do 7 poder público e onze (11) da sociedade civil, com os seguintes Conselheiros titulares: Jane Izabel Miranda 8 Biagioti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Rutinéia Cristina Martins Silva, Geisla Fábia Pinto, Márcio 9 Henrique Silva Nalini, Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, Leonel Aylon Cantano, Fernanda 10 Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar 11 Hermógenes da Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos e Andréia Maria Ribeiro Silva. Conselheiros 12 suplentes: Dalva Deodato Taveira, Rosa Ângela Cortez Galhardo Desidério, José Carlos Gomes, Rosângela 13 Aparecida de Paula, Vilma Aparecida A. Faria Garcia e Juliana Bertazzi Passone. Participaram da reunião 15 14 convidados. Com a seguinte pauta: Assuntos: Deliberação sobre a Proposta da DRADS de cofinanciamento 15 e ampliação de vagas do Programa de Atenção Integrada à Pessoa com Deficiência Sensorial ou Intelectual 16 Acima de 30 anos Egressos da Área da Educação; Apresentação de Proposta da Comissão de 17 Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social de Entidades - 2015. Informes: Oficio Circular nº 18 511/2015 - SEDAS - Indisponibilidade de uso dos espaços da SEDAS para a realização de reuniões no 19 período de 16/11 à 31/12/2015 – (reuniões do CMAS dos dias 26/11, 10 e 17/12 poderão ser realizadas na 20 sala de projeção do prédio do Champagnat); Oficio CMAS nº 125/2015 - Convite reunião preparatória 21 com entidades dia 29/10 às 10h para apresentação da proposta da Audiência Pública; Resolução COMUTI nº 22 06/2015 - Publica as deliberações da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca - 2015; 23 Oficio Circular nº 05/DGSUAS/SNAS/MDS - Apoio ao funcionamento dos Conselhos Municipais de 24 Assistencia Social - IGDSUAS; Manifesto dos Conselhos Nacionais em Defesa da Democracia e das 25 Políticas Sociais. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos 26 seguintes conselheiros: Angélica, Ariluce e Cláudia. Na sequência exibiu a pauta da reunião, aprovada após a 27 inserção do assunto, solicitado pelo Órgão Gestor, referente à alteração no número de coletivos do Servico de 28 Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias em Unidade Referenciada. Em 29 seguida, a conselheira e 2ª secretária do CMAS, Fernanda, realizou a leitura da ata da 27ª Reunião Ordinária 30 que foi aprovada com uma alteração na linha 57. Realizou ainda a leitura da ata da 28ª Reunião Extraordinária, 31 aprovada com nova redação na linha 122, sugerida pela conselheira Dalva. Logo após, Márcio expôs o 32 primeiro assunto da pauta, sobre a proposta da DRADS, passando a palavra para a conselheira Dalva que 33 discorreu sobre a matéria em questão. Ela explicou que se trata do convênio firmado entre o Órgão Gestor e a 34 Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, no inicio do exercício de 2015, para o 35 atendimento das pessoas com deficiência com mais de 30 anos, egressos da educação, por meio da entidade APAE. Lembrou que na época do primeiro aceite ocorreram algumas discussões, relacionadas ao tipo de 36 37 serviço que seria executado, bem como, sobre o valor ínfimo de cofinanciamento, definindo que o recurso 38 seria utilizado apenas para complementação. Para o exercício de 2016, a DRADS enviou email para o Órgão

Gestor informando a ampliação de meta para 15 pessoas com um repasse anual de R\$11.484,00 (onze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), sendo apresentada novamente essa proposta à APAE. Dalva disse ainda que o Órgão Gestor reconhece que o novo valor é, ainda, insuficiente para execução do serviço e afirmou que não será feito Chamamento Público para a transferência desse repasse. A representante da APAE, Tina, afirmou que a instituição aceitará o cofinanciamento como complementação aos serviços que já são realizados, caso o colegiado aprove dessa forma. Destacou, porém, um ponto de relevância que é o aumento do número de pessoas que não serão mais atendidas pela Educação e que migrarão para Assistência Social com um valor per capta de apenas R\$63,00 (sessenta e três reais). Sem mais esclarecimentos, foi assim aprovado e o Presidente passou para o próximo assunto. A Secretária Executiva Maria Amélia, em nome da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social de Entidades, trouxe para avaliação do colegiado a proposta elaborada pela comissão. Explicou que levando em consideração a proximidade do fim do ano e o processo de chamamento público, a comissão propõe que nesse ano sejam feitas visitas de acompanhamento apenas às seis entidades que já passaram por chamamento público e terão os seus convênios aditados. As visitas serão feitas em duplas e o relatório será apresentado em reunião extraordinária com pauta exclusiva, sendo deliberada a data de 03 de dezembro, a partir das oito horas para a realização dessa reunião. Após discussões e aprovação pelo colegiado, a equipe de conselheiros responsáveis pelas visitas ficou assim composta: Liga de Assistência Social e Educação Popular - LASEP - Fernanda e Andréia Liporoni; Instituto José Edison de Paula Marques – IJEPAM – Dalva e Jane; Casa de Acolhida Filhos Prediletos- Rosangela e Tina; Associação Mão Amiga de Amparo Feminino - Juliana e Cloves; Fundação Espírita Judas Iscariotes- Residência Inclusiva -Josiane e Sonia e por fim a Sociedade Espírita Legionárias do Bem - Rutineia e Márcio, com a ressalva de que seja verificada a possibilidade de substituição do presidente Márcio, considerando que o mesmo já faz o acompanhamento das entidades enquanto membro da equipe de monitoramento da SEDAS. Ficou decidido também que no inicio de 2016, esse assunto deverá entrar em pauta para a definição do acompanhamento de toda a rede socioassistencial. Dando seguimento, Marcio conduziu a reunião para o último assunto, que trata da alteração no número de coletivos do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias em Unidade Referenciada. A palavra foi passada para a conselheira Dalva que explicou que o Órgão Gestor observou que a proposta apresentada anteriormente traria para as entidades que já prestam esse serviço uma defasagem do repasse recebido. Em função disso, foi feita uma reunião com as duas entidades executoras desse serviço, que são a APAE e a CAMINHAR, chegando a um consenso sobre o número de coletivos. Dalva demonstrou ao colegiado os valores conforme proposta apresentada anteriormente e a atualizada, ficando definidos 21 coletivos com 20 pessoas cada. O colegiado aprovou a alteração indicada. Márcio e Dalva enfatizaram que qualquer instituição pode apresentar proposta para execução dos serviços, portanto não há garantia de que a rede socioassistencial permanecerá composta como está atualmente. Na sequência Tina trouxe a informação ao colegiado de que foi aprovado na Câmara de Deputados um projeto de Lei do Deputado Eduardo Barbosa, referente à Lei 13.019/2014, que propõe que as entidades de assistência social, saúde e educação não façam parte do Chamamento Público em função, principalmente, da natureza continuada do serviço. Informou ainda que há outras indicações propondo a isenção da responsabilidade solidária do dirigente e escalonamento da lei. Salientou a importância dos conselheiros buscarem maiores

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

informações sobre o assunto. Dando seguimento o presidente exibiu o primeiro informe a respeito do Ofício Circular nº 511/2015 - SEDAS que trata da indisponibilidade de uso dos espaços da SEDAS para a realização de reuniões de 16/11 à 31/12/2015. O período corresponde a 04 reuniões, sendo elas 03 ordinárias e 01 extraordinária que já foram agendadas, pela Secretaria Executiva, na sala de projeção do prédio Champagnat, antiga Secretaria de Educação. Márcio informou ainda que isso é devido ao Chamamento Público, pois o salão será usado para avaliação dos projetos. No informe seguinte foi exposto o Ofício CMAS nº 125/2015 encaminhado para as entidades convidando para a reunião preparatória, no dia 29/10, às 10h, para apresentação da proposta da 3ª Audiência Pública. A conselheira Josiane perguntou se o ofício foi enviado por meio físico e Maria Amélia esclareceu que foi enviado por email e confirmada presença por telefone. Em seguida, o presidente apresentou a Resolução COMUTI nº 06/2015 que trata da publicação das deliberações da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – 2015. Continuando, apresentou o Ofício Circular nº 05/DGSUAS/SNAS/MDS sobre o apoio ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social – IGDSUAS que foi lido por Maria Amélia. Dalva lembrou que neste ano o Conselho já utilizou o recurso equivalente aos 3% do Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS, apesar do repasse do Governo Federal ainda não ter ocorrido. Disse ainda que não há repasse dessa verba da União desde agosto de 2014. Ainda com relação ao IGD, Dalva e Jane explicaram alguns critérios e metas que o município deve cumprir para o recebimento do referido recurso. Destacou que uma das metas para o IGD PBF refere-se à atualização cadastral das famílias inseridas no Cadastro Único, relatando que essa questão tem sido um dificultador, uma vez que as famílias que não recebem Bolsa Família, não fazem a atualização cadastral. Jane informou também que a Instância de Controle Social está fazendo uma campanha para melhorar essa atualização, bem como para informar o público que não sabe dos seus direitos e com isso não tem acesso. Para essa campanha foram feitos panfletos e cartazes que serão entregues na reunião com as entidades. A assistente social do Lar Eurípedes Barsanulfo questionou a conselheira Jane sobre uma proposta antiga de deslocamento de uma equipe para cadastrar e atualizar os cadastros das pessoas nas unidades de acolhimento institucional. Jane respondeu que ainda não há pessoal suficiente para isso, mas que houve uma melhora, pois há uma equipe que se desloca uma vez por semana para cada CRAS, facilitando assim o atendimento em todas as regiões. Como último informe, o presidente trouxe o Manifesto dos Conselhos Nacionais em Defesa da Democracia e das Políticas Sociais e informou que foi também encaminhado por email. Maria Amélia explicou que alguns conselhos se uniram para fazer esse manifesto e apresentaram propostas relacionadas a todas as políticas públicas. Após os informes o conselheiro, senhor Leonel, fez um convite a todos os presentes para participarem do Bazar do Berçário Dona Nina, que ocorreria no sábado, dia 31/10, a partir das 8h30min, na Rua Comandante Salgado, na loja Maçônica, antiga LASEP. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às nove horas e trinta minutos, e eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será assinada por mim e anexada à lista de presença dos conselheiros participantes.

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103104

105

106

107

108

109

110

111